

A PSICOLOGIA NA PESQUISA ARQUEOLÓGICA DE MICHEL FOUCAULT

Cláudia Henschel de Lima¹

RESUMO

*O presente artigo objetiva apresentar o diagnóstico crítico que Michel Foucault formula acerca do surgimento da psicologia no quadro do humanismo da modernidade, tal como é apresentado em *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. A hipótese é que a Psicologia, ao sustentar sua cientificidade ancorando-se no modelo das ciências da natureza, ergue uma defesa fracassada contra a duplicidade empírico-transcendental que fundamenta o humanismo da modernidade ao preço de manter sua fragilidade epistemológica. Para tal, o desenvolvimento do artigo está dividido em três seções: a primeira seção dedica-se a pensar o humanismo da modernidade; a segunda seção apresenta a duplicidade empírico-transcendental que fundamenta a constituição do homem na épistémè moderna; e a terceira, o lugar da psicologia na duplicidade empírico-transcendental.*

Palavras-chave: *arqueologia; humanismo da modernidade; ciências humanas; psicologia.*

¹ Professora Adjunta do Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense – Pólo Universitário de Volta Redonda (UFF-PUVR). Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**PSYCHOLOGY IN MICHEL FOUCAULT'S
ARCHAEOLOGICAL RESEARCH**

ABSTRACT

This paper presents the critical diagnosis that Michel Foucault formulates about the emergence of psychology under the humanism of modernity. The hypothesis is that psychology, to support its scientific grounding on the model of natural sciences, raises an unsuccessful defense against the empirical-transcendental duplicity underlying the humanism of modernity, at the expense of maintaining its epistemological fragility. The articles' argument is divided into three sections: the first section is dedicated to thinking humanism in modernity; the second section presents the empirical-transcendental duplication that underlies the constitution of man in the modern épistémè; and the third section deals with the place of psychology in the empirical-transcendental duplicity.

Keywords: *Archaeology; Humanism of Modernity; Human Sciences; Psychology.*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo centra-se no diagnóstico crítico que Michel Foucault formula acerca do surgimento da psicologia no quadro do humanismo da modernidade, tal como é apresentado em *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas* (1985/1966). A hipótese é que a Psicologia, ao sustentar sua cientificidade ancorando-se no modelo das ciências da natureza, ergue uma defesa fracassada contra a duplicidade empírico-transcendental que fundamenta o humanismo da modernidade, ao preço de manter sua fragilidade epistemológica.

Texto central da análise arqueológica, *As Palavras e as Coisas* evidencia o trabalho do filósofo em conduzir um debate crítico a respeito da racionalidade ocidental, cujo marco fora sua tese de doutorado *A História da Loucura na Época Clássica* (2000a/1961). Esses dois trabalhos integram sua dita fase arqueológica. Esse conjunto tem seu ponto de partida na tese de doutorado e finaliza com *A Arqueologia do Saber* (2000b/1969). Entre eles, situam-se *O Nascimento da Clínica* (1999/1963) e *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das Ciências Humanas* (1985/1966).

A análise sobre a racionalidade ocidental foi conduzida por meio do que ele próprio denominara de arqueologia, e que pressupõe o abandono da ciência e da filosofia como objetos privilegiados de investigação em nome da análise dos saberes e uma releitura da posição ética do filósofo diante da racionalidade. No que se refere à ciência, a arqueologia opera o deslocamento de uma análise sobre as condições de possibilidade para o advento de uma disciplina como ciência, para uma análise sobre a constituição dos saberes, expressando a diferença entre epistemologia e arqueologia. No tocante à filosofia, a arqueologia é definida como uma reflexão filosófica sobre os “jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado” (FOUCAULT, 1984, p.12).

A arqueologia rompe com uma posição ética em epistemologia e em filosofia no ponto em que essa posição se deixara contaminar pela idéia de progresso da razão. Neste sentido, a arqueologia está sustentada no avesso do progresso. Trata-se do trabalho de diagnóstico de crise e crítica do destino assumido pela racionalidade ocidental: crise do cogito, ascensão das ciências humanas, crítica ao humanismo da modernidade. Estabelecendo uma comparação entre *A História da Loucura na Época Clássica* e *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das Ciências Humanas*, Foucault (1985/1966) localiza em *A História da Loucura*, uma história do corte, da distinção entre razão e loucura,

entre o Mesmo e o Outro, operado pela civilização na época clássica e na modernidade, enquanto que, em *As Palavras e as Coisas*, trata-se da realização de uma história acerca do modo como a civilização constituiu a semelhança, o Mesmo. Assim, o autor localiza no final do século XVIII, o recuo da *épistémè* da representação, na época clássica, e a ascensão do homem, sob o pano de fundo do Mesmo para cada época.

No contexto do trabalho arqueológico de diagnóstico de crise e crítica à racionalidade ocidental, a organização de *As Palavras e as Coisas* ainda evidencia o eixo da ruptura entre a época clássica e a modernidade e seu enraizamento na antropologia, a ponto mesmo de localizar na modernidade a ocorrência do sono antropológico. Ele localiza esse sono que impede o pensamento de pensar no humanismo da modernidade e na fundação da psicologia: resultam de uma defesa contra a crise do cogito. O recurso ao pensamento de Nietzsche permitiu a Foucault pensar em uma solução para esse sono: refazer uma análise da formação da modernidade, não só para localizar o ponto de desencadeamento do sono antropológico, como para desenraizar o pensamento em relação à antropologia. De fato, a tese de *As Palavras e as Coisas* de que antes do final do século XVIII o homem não existia, é o avesso de uma proposição ética centrada em torno da defesa de uma evidência atemporal do cogito e de seu progresso natural em direção a antropologia.

A tese de Foucault em *As Palavras e as Coisas* (1985/1966) trata precisamente desse ponto: a constituição das ciências humanas a partir do século XIX, localizando a psicologia como disciplina integrante da *épistémè* moderna. A partir da perspectiva adotada por Michel Foucault em sua tese, bem como no artigo escrito em 1957, *A Psicologia de 1850 a 1950*, objetiva-se, aqui, apresentar a psicologia tal como era pensada pelo autor antes de sua releitura das ciências humanas a partir da biopolítica, já no final dos anos setenta. Para tal, o desenvolvimento do artigo contará com três seções: a primeira seção dedica-se a pensar o humanismo da modernidade; a segunda seção apresenta a duplicidade empírico-transcendental que fundamenta a constituição do homem na *épistémè* moderna; e a terceira, o lugar da psicologia na duplicidade empírico-transcendental.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O HUMANISMO DA MODERNIDADE.

Al parecer, ha pasado el tiempo en que Kant podía escribir que nada debe escapar a la crítica. En un siglo en que la religión y las leyes ya han dejado de oponer a la crítica, una su santidad y las otras su majestad, será en nombre de la filosofía que

se proibirá la impugnación del fundamento que ciertos filósofos creen encontrar en la esencia o en la existencia del hombre? Porque en las últimas páginas del libro el lugar de Rey se convierte en el lugar del muerto, o por lo menos del moribundo, ten próximo de su fin como de su comienzo, o mejor de su 'invención reciente', porque se nos dice que 'el hombre no es el problema más antiguo ni el más constante como se haya planteado el saber humano', debemos perder la calma, como lo hicieron algunos que figuran entre las mejores cabezas de hoy? Cuando se ha dejado de vivir según la rutina universitaria, hay que comportarse como un catedrático malhumorado por la inminencia de su relevo? Veremos constituirse una Liga de los derechos Del Hombre a ser el sujeto y objeto de la filosofía, bajo la divisa: 'Humanistas de todos los partidos, únios!?' (Georges Canguilhem, *Muerte del hombre o Agotamiento Del Cogito?*).

A citação de Canguilhem, localizada no contexto das críticas que os sartrianos direcionaram ao livro de Foucault é, marcadamente, irônica; defende a tese do autor sobre a morte do homem e, conseqüentemente, o posicionamento da própria arqueologia frente à história através desta tese. Conforme fora afirmado na abertura deste artigo, se *História da Loucura* se organizara como a história da divisão, da distinção entre razão e loucura, o livro *As Palavras e as Coisas* (FOUCAULT, 1985/1966) traz a história da formação do Mesmo, da formação da ordem. Esse objetivo é inseparável da constatação quanto à existência de uma falha no cerne da modernidade (FOUCAULT, 1985/1966). Tal falha definia-se, por um lado, por uma reordenação de seus saberes a partir da metade do século XIX: ao longo dos anos cinquenta, testemunhou-se a desapareção do homem como objeto científico e, concomitantemente, a fundação de um conjunto de disciplinas – qualificadas de contra-ciências – e que eram representadas pela psicanálise, pela etnologia e pela linguística. De outro, definia-se pela presença de uma corrente de pensamento – o humanismo – que trazia este mesmo objeto como tema central. A análise arqueológica de *As Palavras e as Coisas* (1985/1966) tinha, portanto, como finalidade analisar a *épistémè*, o solo da racionalidade ocidental no qual nasceram as ciências humanas e o destino das mesmas a partir do momento preciso em que o homem desapareceu como horizonte de pesquisa. Seus dois últimos capítulos – *O Homem e seus Duplos* e *As Ciências Humanas* – foram dedicados à investigação do solo epistêmico da modernidade e, mais especificamente, ao surgimento na passagem do século XVIII para o século XIX, do projeto de conhecer o homem e de sua súbita desapareção no horizonte do saber com a consolidação das contra-ciências humanas, no marco dos anos de 1950. Dessa forma, o livro analisou o posicionamento das ciências humanas no quadro dessa reordenação que possibilitou, ao longo do século XX, o aparecimento de temas que interrogam o humanismo: a linguagem, a alienação e o inconsciente. Nas últimas páginas do livro, Foucault (1985/1966) recorre ao pensamento de

Nietzsche e formula o seguinte diagnóstico das ciências humanas: seu destino permanece ligado ao humanismo da modernidade repetindo, assim, o sono antropológico.

Em sua perspectiva, o humanismo ocupou ao longo do século XIX uma função análoga àquela que Deus ocupara nos séculos precedentes. O que o conduzirá a afirmar que, para o século XIX, era simplesmente impossível ao homem suportar a ideia de que Deus não exista e, por isso, ele ascende neste século, no lugar de Deus cumprindo o objetivo específico de perpetuar seu funcionamento:

(...) descobre-se então que a morte do homem e o último homem estão vinculados: não é acaso o último homem que anuncia ter matado Deus, colocando assim sua linguagem, seu pensamento, seu riso no espaço do Deus já morto, mas também se apresentando como aquele que matou Deus e cuja existência envolve a liberdade e a decisão de seu assassinio? Assim, o último homem é ao mesmo tempo mais velho e mais novo que a morte de Deus; uma vez que matou Deus é, ele mesmo que deve responder por sua própria finitude; mas uma vez que é na morte de Deus que ele fala, que ele pensa e existe, seu próprio assassinato está condenado a morrer; deuses novos, os mesmos, já avolumam o oceano futuro, o homem vai desaparecer (FOUCAULT, 1985/1966, p.402).

Assim, é possível situar o diagnóstico da arqueologia com relação ao humanismo nos seguintes termos: trata-se de um mito, na medida em que o homem apresenta-se como elemento fundamental e primeiro da modernidade, mas não da totalidade das épocas descritas por Foucault. E é neste sentido, portanto, que o cerne da crítica de *As Palavras e as Coisas* (1985/1966) ao humanismo é indissociável do esclarecimento quanto ao lugar das ciências humanas no quadro da modernidade. Esse diagnóstico da atualidade permite posicionar no passado certas concepções que, não raras vezes, foram consideradas como revestidas de originalidade. E é certo que o humanismo não se furta a esse diagnóstico. Conforme o desenvolvimento argumentativo do presente artigo, o trabalho da arqueologia em *As Palavras e as Coisas* (1985/1966) foi analisar o aparecimento, no final do século XVIII, do homem, localizando-o como uma formulação moderna e a fundação das ciências humanas. Mas, a arqueologia revelou também a presença de um movimento paradoxal imanente à invenção do homem, de modo que este se apresentava como objeto das ciências humanas e, simultaneamente, como o aquilo a partir do qual todo conhecimento era, enfim, possível. A possibilidade de o homem vir a assumir o lugar de sujeito de todo conhecimento e objeto de um conhecimento possível aponta, não apenas para o caráter profundamente humanista e antropológico da modernidade, como também para o estatuto ambíguo de seu *a priori*: o homem emerge no final do século XVIII na condição de duplo empírico-transcendental. Considerem-se as palavras de Foucault (1985/1966) que sintetizam a

dimensão original da descontinuidade que surge na passagem do século XVIII para o século XIX:

A cultura moderna pode pensar o homem porque ela pensa o finito a partir dele próprio. (...) O 'humanismo' do Renascimento, o 'racionalismo' dos clássicos podem realmente ter conferido um lugar privilegiado aos humanos na ordem do mundo, mas não puderam pensar o homem (FOUCAULT, 1985/1966, p. 334).

No humanismo da modernidade, o homem se constitui como duplo empírico-transcendental: ele é simultaneamente objeto das coisas, das formas empíricas – ou seja, aquele que vive, fala e trabalha – e sujeito a partir do qual o conhecimento dessas formas empíricas, dessas mesmas coisas, é possível. Essa duplicidade aponta para a existência de um problema epistemológico no fundamento das ciências humanas, que pretendem objetivá-lo na medida em que, simultaneamente, tendem para uma análise do homem como objeto empírico e o elevam à condição de sujeito transcendental.

2.2 A ASCENSÃO DO HOMEM COMO DUPLO EMPÍRICO-TRANSCENDENTAL

O capítulo IX de *As Palavras e as Coisas* (1985/1966), intitulado *O Homem e seus Duplos*, caracteriza a emergência do homem no campo do saber como sendo um acontecimento súbito, repentino e inseparável de outro acontecimento que podemos definir, em linhas bastante gerais, como sendo o recuo da representação. Retomar-se-á alguns dos principais pontos deste capítulo com o objetivo de sustentar o estatuto não natural do homem na disposição da racionalidade ocidental e de determinar em que sentido esse estatuto pôde intervir sobre o destino da psicologia. A leitura do capítulo IX permite destacar pelo menos três enunciados básicos a respeito acerca da emergência do homem:

1. O homem nasce no final do século XVIII e a filosofia de Kant é o marco deste nascimento com a colocação das quatro indagações que conduzem à interrogação: o que é o homem?
2. O nascimento do homem encarna o ponto de ruptura entre a época clássica e a modernidade.
3. A modernidade é, fundamentalmente, definida pela analítica da finitude.

Esses três enunciados traçam um percurso cujo divisor de águas é o final do século XVIII e cujo panorama pode ser interpretado da seguinte forma: uma modalidade de pensamento que caracterizava a época clássica recua e o efeito deste recuo é a analítica da finitude. Mas como se caracterizava a época clássica e em que sentido a analítica da finitude torna inacessível à nosso pensamento o modo de ser desta época?

A época clássica desconhece uma teoria sobre o homem. Sem dúvida, a natureza humana e as relações que ambas dispunham entre si eram temas possíveis para a época clássica, mas o homem na dupla condição de sujeito e objeto de todo conhecimento possível era simplesmente impensável. Então, qual seria a distinção entre a natureza humana e o que, mais tarde, se configurará como sendo o *homem*?

A categoria filosófica de natureza humana exclui qualquer teorização do homem enquanto realidade primeira do conhecimento. A disposição da época clássica permitia a ideia de que o mundo fora criado por Deus e, no contexto desse mundo, havia a natureza e a natureza humana. A relação entre Deus e a natureza humana era definida como uma relação entre infinito e finito. A finitude constringia o ser humano a viver uma existência animal, a trabalhar com o suor que rolava pela sua face, mas nada disso se dobrava sobre o ser, nada disso se transformava em objeto do conhecimento. Viver uma existência animal, trabalhar com seu próprio suor, eram apenas a dimensão negativa de sua relação com o infinito:

É preciso notar que na *épistémè* clássica, as funções de ‘natureza’ e ‘natureza humana’ opõem-se termo a termo; a natureza pelo jogo de uma justaposição real e desordenada faz surgir a diferença no contínuo ordenado dos seres; a natureza humana faz aparecer o idêntico na cadeia desordenada das representações (...) ambas fazem aparecer, sobre uma trama ininterrupta, a possibilidade de uma análise geral que permite repartir identidades isoláveis e as visíveis diferenças segundo um espaço em quadro e uma sequência ordenada. Mas não o conseguem uma sem a outra; e é assim que se comunicam (FOUCAULT, 1985/1966, p.325).

Essas funções opostas, mas complementares, entre a natureza e a natureza humana traduzem a disposição da época clássica: os seres dispostos em descontinuidade ordenam-se em um quadro esclarecido pelo espírito humano. No livro, Foucault (1985/1966) recorrerá à pintura *Las Meninas*, do pintor espanhol Velázquez, para situá-la no marco da representação clássica. As representações estão dispostas em todo o quadro: os modelos (o visitante, o reflexo do rei Felipe IV e sua esposa Marinara, a infanta, os anões e bufões), o pintor e o próprio espectador. Mas, a atividade do pintor não pode ser representada. No quadro, sua mão suspensa forma o gesto parado. Na época clássica, era impossível reduplicar, era impossível representar a própria atividade de representar:

O pintor está ligeiramente afastado do quadro, lança um olhar em direção ao modelo; talvez se trate de acrescentar um último toque, mas é possível também que o primeiro traço não tenha sido aplicado. O braço que segura o pincel está dobrado para a esquerda, na direção da palheta; permanece imóvel, por um instante, entre a tela e as cores. Essa mão hábil está pendente do olhar e o olhar, em troca, repousa sobre o gesto suspenso. Entre a fina ponta do pincel e o gume do olhar, o espetáculo vai liberar seu volume (FOUCAULT, 1985/1966, p.19).

Dessa forma, o atributo humano referia-se a uma função precisa: espelhar a ordem do mundo. Interrogando, então, o texto no sentido de saber o que vem a ser o espírito humano

na época clássica, a resposta seria: o esclarecimento da ordem do mundo criado por Deus. De fato, esta época definiu-se pelo projeto de construção de um método universal da análise que possibilitasse essa ordenação tendo como marco a filosofia de René Descartes. A imagem que dava corpo à essa época era a geometria, que pensava o espaço como transparente, sem esconderijos – precisamente, conforme Deus o vê.

Os últimos anos do século XVIII testemunham a emergência de uma descontinuidade que implicará no declínio da época clássica com a ascensão de outra figura do Mesmo. Neste período acontece um movimento subterrâneo que desfaz o quadro da época clássica e possibilita o advento da modernidade. A arqueologia analisa minuciosamente essa descontinuidade que surge no final do século XVIII, mas recusa-se a oferecer uma *explicação* na medida em que toda explicação traduz o acontecimento segundo uma ordem que lhe é posterior, externa, e que não lhe pertence:

(...) como ocorre que o pensamento se desprenda daquelas plagas que habitava outrora (...) e deixe oscilar no erro, na quimera, no não-saber aquilo mesmo que, menos de vinte anos antes, estava estabelecido e afirmado no espaço luminoso do conhecimento? (...) Se para uma arqueologia do saber, essa abertura profunda na camada das continuidades deve ser analisada, e minuciosamente, não pode ser ela ‘explicada’, nem mesmo recolhida numa palavra única (FOUCAULT, 1985/1966, p. 232).

No percurso da análise das descontinuidades, a arqueologia constata esse movimento subterrâneo que abalou o pensamento ocidental: de súbito, a representação recua, de súbito, ela deixa de fundar um campo de saber. Este acontecimento que concerne a relação entre representação e o que, nela, é dado, é inseparável do próprio fato de que o saber escapa para além da representação aprofundando-se na direção dos objetos, escavando o sujeito. Assim, o espaço transparente da ordenação dos seres se rompe: as formas empíricas da vida, do trabalho e da linguagem, ganham volume, espessura, ignorando a transparência característica da idade clássica. Doravante, tais formas empíricas definirão para si um espaço independente de qualquer relação negativa com o infinito (FOUCAULT, 1985/1966). Todavia, o aprofundamento dessas formas é inseparável do surgimento de um campo transcendental do lado do sujeito. É a partir desse campo que será possível pensar os limites do conhecimento. Foucault (1985/1966) situa o limiar da modernidade precisamente no ponto em que ocorre simultaneamente o recuo da representação e o surgimento do duplo empírico-transcendental. No quadro da emergência do campo transcendental, o autor situa a filosofia de Immanuel Kant. Trata-se de uma filosofia que interroga a representação assinalando seus próprios limites. Daí a colocação da pergunta kantiana: o que é possível conhecer?

Na modernidade, a questão acerca dos limites do conhecimento encarna, também, uma finitude. No entanto, a finitude moderna não é pensada a partir de uma relação negativa com o infinito: ela é enunciada como uma experiência radical, positiva e primeira.

Porém, mais fundamentalmente, nossa cultura transpôs o limiar a partir do qual reconhecemos nossa modernidade, no dia em que a finitude foi pensada numa referência interminável a si mesma. Se é verdade, ao nível dos diferentes saberes, que a finitude é sempre designada a partir do homem concreto e das formas empíricas que se podem atribuir à sua existência, ao nível arqueológico, que descobre o 'a priori' histórico e geral de cada um dos saberes, o homem moderno (...) só é possível a título de figura da finitude (FOUCAULT, 1985/1966, p.334).

Foucault apresenta uma definição para a modernidade: analítica da finitude. E, a partir da colocação da finitude como experiência radical e primeira, em que momento é possível, para a arqueologia, situar a emergência do homem na racionalidade ocidental? Foucault (1985/1966) localiza o nascimento do homem a partir da constituição das ciências empíricas que tematizam a vida, o trabalho e a linguagem, à saber: a biologia, a economia e a filologia.

Quando a história natural se torna biologia, quando a análise das riquezas se torna economia, quando, sobretudo, a reflexão sobre a linguagem se faz filologia (...) então, no movimento profundo de uma tal mutação arqueológica, o homem aparece com sua posição ambígua de objeto para um saber e de sujeito que conhece (FOUCAULT, 1985/1966, p. 328).

A finitude do homem é, então, anunciada como realidade no espaço das formas empíricas da vida, do trabalho e da linguagem. Mesmo que os objetos empíricos determinem o surgimento do homem, há uma espécie de deslocamento qualitativo que faz com que a finitude fundamental – ou o transcendental – possa fundar todos esses objetos que indicam ao homem, seu próprio modo de ser finito. Este deslocamento não requer ou exige mais uma metafísica; antes caracteriza a analítica da finitude e, no contexto desta, o homem se apresenta como duplo empírico-transcendental. Considerando o exemplo da forma empírica da vida, Foucault (1985/1966) mostra que ao mesmo tempo em que a vida prescreve ao corpo do homem suas formas, é a partir desse corpo que se torna possível conhecer a vida. Foucault (1985/1966) vai mais longe, na medida em que estabelece uma articulação entre esse deslocamento – que caracteriza a ambiguidade do modo de ser do homem – e a disposição das ciências empíricas e da filosofia no quadro da modernidade.

O trabalho de Foucault (1985/1966) parece situar a filosofia como repetição dos enunciados das ciências empíricas. Citando como exemplo o positivismo de Auguste Comte, o autor afirma que enquanto repetição da empiricidade, a filosofia é definida como o mesmo da empiricidade. Mas será que Foucault esgota o problema da relação entre saberes empíricos e a filosofia, situando esta última como um decalque da ciência? A aceitação desta

única hipótese conduziria à dissolução do duplo. Certamente, Foucault (1985/1966) mostra como empiricidade é primeira em relação ao transcendental, mas em seguida, acentua que o transcendental é o solo a partir do qual é possível a própria empiricidade situando a filosofia como outro. De qualquer modo, *As Palavras e as Coisas*, ao expor o trabalho arqueológico de constituição das ciências humanas não se furta a interrogação fundamental sobre o destino da filosofia a partir dessa nova *épistémè*. Esta encruzilhada – caracterizada pela dupla afirmação da repetição e da ambiguidade – denuncia o impasse sofrido pela filosofia. Afirmando-se como repetição, ela decreta sua trágica impossibilidade de afirmar algo novo em relação ao domínio empírico; afirmando-se na linha da duplicidade, ela cai na instabilidade infundável de ao mesmo tempo afirmar a verdade de seu objeto e prescrever a verdade do discurso que define e descreve sua constituição: “(...) trata-se aí menos de uma alternativa que da oscilação inerente a toda análise que faz valer o empírico ao nível do transcendental” (FOUCAULT, 1985/1966, p. 336).

Qual é, então, a saída apresentada por Foucault? O problema apresentado por Foucault, com relação ao próprio estatuto da filosofia na modernidade, ganha esclarecimento com a descrição do nascimento das ciências humanas.

2.3 O SURGIMENTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS.

Ao definir a arqueologia, Foucault declara que pesquisa não se caracteriza por uma análise epocal, orientada por uma *Weltanschauung*. A pesquisa arqueológica das ciências humanas se concentra na descrição das regras de formação de saberes empíricos e filosofias que possibilitarão a constituição das ciências humanas e, conseqüentemente, no diagnóstico de seu próprio estatuto epistemológico. Seguindo essa lógica, o problema que Foucault (1985/1966) formula a respeito do estatuto das ciências humanas é o mesmo que ele formulara para a filosofia: será que esses saberes apresentam a ambiguidade do duplo? No espaço que se abre com o aparecimento do homem, na condição de duplo empírico-transcendental, onde seria possível situar as ciências humanas e, mais especificamente, a psicologia?

Conforme foi desenvolvido ao longo do artigo, esta duplicidade resulta na impossibilidade de postular uma unidade para as ciências humanas que objetivam o homem -donde, a ambiguidade das ciências humanas. O Capítulo X de *As Palavras e as Coisas* (1985/1966) é bastante preciso a respeito desta ambiguidade:

(...) o objeto destas últimas jamais se dá ao modo de um funcionamento biológico (...), ele é antes seu reverso, sua marca no vazio; ele começa lá onde pára – não a ação ou os efeitos – mas o ser próprio desse fundamento – lá onde se liberam representações, verdadeiras ou falsas, claras ou obscuras (...) (FOUCAULT, 1985/1966, p. 369).

É possível, então, apreender a fragilidade epistemológica das ciências humanas no quadro da *épistémè* moderna: entre o volume das coisas e a espessura do sujeito constitui-se seu lugar. É possível, então, pensar que estas não se apresentam como análise do que o homem é a partir da empiricidade ou daquilo que, no homem, torna possível o conhecimento desta mesma empiricidade. A fragilidade epistemológica das ciências humanas se deve ao fato destas encontrarem-se, originariamente, numa posição de reduplicação. Ao mesmo tempo em que conduzem uma análise do que o homem é ao nível empírico (um ser que vive, trabalha e fala), visam determinar aquilo mesmo que permite ao homem saber o que é a vida, o trabalho e a linguagem. Assim, a tarefa mais fundamental desse conjunto de saberes, denominado ciências humanas, é investigar esse frágil espaço em que o homem constrói para si uma representação do que é sua vida, seu trabalho, sua linguagem.

2.4 O ESTATUTO DA PSICOLOGIA A PARTIR DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA.

O trabalho arqueológico conduzido por Michel Foucault ao longo de *As Palavras e as Coisas* (Foucault, 1985/1966) resultou em um diagnóstico preciso sobre o novo cogito que surge na aurora da modernidade: cogito ambíguo, fundamentado na duplicidade empírico-transcendental. Desta forma, a duplicidade empírico-transcendental evidencia outra ruptura importante: a ruptura entre o cogito cartesiano e cogito moderno. É possível fixar o cogito moderno na fronteira entre aquilo que o homem é em sua positividade (enquanto ser que vive, trabalha e fala) e aquilo que possibilita a ele saber o que vem à ser a vida, o trabalho e a linguagem. Assim, enquanto no pensamento clássico, o *eu penso* implicava na evidente certeza do *eu sou*, na modernidade o cogito conduz à eterna indagação acerca do ser do homem:

(...) posso eu dizer, com efeito, que sou essa linguagem que falo e na qual meu pensamento desliza ao ponto de nela encontrar o sistema de todas as suas possibilidades próprias, mas que, no entanto, só existe sob o peso de sedimentações que ele jamais será capaz de atualizar inteiramente? Posso eu dizer que sou esse trabalho que faço com minhas mãos, mas que me escapa não somente quando o concludo, mas antes mesmo de o haver encetado? Posso eu dizer que sou essa vida que sinto no fundo de mim, mas que me envolve tanto pelo tempo formidável que ela impulsiona consigo e que me eleva por um instante sobre sua crista quando pelo tempo iminente que me prescreve minha morte? Posso dizer tanto que sou quanto que não sou tudo isso (FOUCAULT, 1985/1966, p. 340).

E o problema reside em saber como as ciências humanas, e em especial a psicologia, se posicionam na ambiguidade do cogito moderno.

No artigo *A Psicologia de 1850 a 1950*, publicado alguns anos antes de *As Palavras e as Coisas* (1985/1966), Foucault (1957/1999) sustentara que o projeto epistemológico da psicologia, até pelo menos a primeira metade do século XX, consistiu na tentativa de alinhar-se às ciências da natureza. Nesta perspectiva, seu objeto seria o organismo vivo e não a vida interior ou as diferenças particulares subjacentes a toda e qualquer ação humana. Assim, o destino da psicologia, enquanto conhecimento positivo, na análise arqueológica de Foucault, repousaria sobre dois postulados básicos:

1. A definição do homem como ser natural.
2. A consideração de que todo conhecimento científico deve possuir como procedimento, a determinação de relações quantitativas, a construção de hipóteses e a verificação experimental.

O argumento do artigo sobre a psicologia é bem preciso: perseguindo o ideal de rigor e de precisão característico das ciências da natureza, a psicologia acabou por delinear os contornos de seu objeto no prolongamento das leis que governam os fenômenos naturais. Nesta perspectiva, o objeto que de direito pertence à psicologia – a representação – é recusado em nome de uma teoria dos processos neurais subjacentes à atividade humana de representar para si mesmo o que vem a ser a vida, o desejo e a linguagem. Qual seria, então, o destino da tarefa mais fundamental das ciências humanas, que situa o modo de ser do homem lado a lado à potência de elaborar representações, diante de seu próprio rebatimento sobre a objetividade natural? Antecipando o diagnóstico acerca da fragilidade epistemológica das ciências humanas, o autor localiza na psicologia a ocorrência de um movimento encobridor: para encobrir, solucionar, esta fragilidade, ela recorre ao ideal positivista de ciência e, com isso, suprime o campo da representação.

A psicologia do século XIX herdou da *Aufklärung* a preocupação de alinhar-se com as ciências da natureza e de encontrar no homem o prolongamento das leis que regem os fenômenos naturais. Determinação de relações quantitativas, elaboração de leis que se apresentam como funções matemáticas colocação de hipóteses explicativas, esforços através dos quais a psicologia tenta aplicar, não sem sacrifício, uma metodologia que os lógicos acreditaram descobrir na gênese e no desenvolvimento das ciências da natureza. Ora, foi o destino dessa psicologia, que se queria conhecimento positivo, apoiar-se sempre sobre dois postulados filosóficos: que a verdade do homem está exaurida em seu ser natural e que o caminho de todo conhecimento científico deve passar pela determinação de relações quantitativas, pela construção de hipóteses e pela verificação experimental (FOUCAULT, 1957/1999, p. 122).

A expansão de um modelo explicativo sobre o funcionamento mental na história da Psicologia e a integração do método experimental à metodologia de pesquisa tem seu marco no século XIX, quando as primeiras pesquisas localizacionistas sobre as faculdades mentais, realizadas pela frenologia e a investigação dos processos sensoriais em fisiologia ofereceram à Psicologia experimental o modelo de investigação da estrutura da consciência. Assim, recorrendo à pesquisa fisiológica e, em seguida, às noções biológicas de hereditariedade e adaptação, bem como ao método experimental, a Psicologia encontrou nas ciências da vida o modelo para uma investigação científica do fato mental e, nas ciências da natureza, o cumprimento das exigências positivistas de objetividade e quantificação.

Esse posicionamento crítico com relação ao modo como a psicologia tenta solucionar a fragilidade epistemológica imanente a duplicidade empírico-transcendental encontrou eco em outras referências clássicas no âmbito da reflexão sobre as condições de possibilidade para o surgimento da Psicologia. É o caso, por exemplo, da reflexão epistemológica conduzida por Robert Blanché (1935) em *La Notion de Fait Psychique*. O autor localizara na ascensão da psicofísica a partir do final do século XIX, a evidência de que o projeto de fundar uma ciência do fato mental era inseparável do postulado do realismo psicológico ao preço da redução da experiência psicológica às sensações e da formulação de que o psiquismo é uma realidade que funciona de acordo com suas leis (HENSCHER DE LIMA, 2011). Esse postulado fora criticamente elaborado por Blanché (1935) para:

1. Designar a relação de analogia entre a investigação científica do fato físico, conduzida pelas ciências da natureza, e a investigação do psiquismo, estando na base da adoção pela psicologia dos estudos que correlacionam fato mental e atividade cerebral, e da pesquisa sobre a hereditariedade da conduta, que confere base física ao estudo da mente.

2. Diagnosticar o erro epistemológico cometido pela psicologia que, em nome do projeto positivista de constituição de uma ciência da razão, considerou o psiquismo como uma realidade e equacionável à realidade física.

O postulado do realismo psicológico, lido a partir da pesquisa arqueológica acerca do surgimento das ciências humanas, evidencia o problema mais fundamental que sustenta a própria discussão acerca da cientificidade da psicologia. Desde a sua fundação como ciência da razão, no final do século XIX, a psicologia evidencia - por meio do realismo psicológico que impõe o recuo em relação ao domínio da representação e seu concomitante reatamento sobre o domínio da fisiologia - uma tentativa de fugir dos impasses epistemológicos que decorrem da duplicidade empírico-transcendental.

Neste sentido, não é possível que uma reflexão epistemológica acerca das condições de possibilidade da psicologia ignore os dados arqueológicos obtidos na pesquisa de Michel Foucault. Não basta afirmar que o projeto epistemológico da psicologia foi erguer uma ciência positiva da razão na medida em que isso seria apresentar de forma amena as condições de possibilidade da psicologia. É preciso recorrer ao postulado do realismo psicológico, lido a partir da perspectiva arqueológica, e identificar na solução positivista uma interpretação encobridora da fragilidade epistemológica imanente à duplicidade empírico-transcendental. E, certamente, em nome dessa interpretação encobridora, a própria psicologia pagou o preço de perpetuar um erro epistemológico.

3 CONCLUSÃO

O presente artigo centra-se no diagnóstico crítico que Michel Foucault formula acerca do surgimento da psicologia no quadro do humanismo da modernidade tal como fora apresentada em *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas* (1985/1966). Trata-se de um dos livros mais fundamentais de toda a trajetória da pesquisa foucaultiana, desde a arqueologia até a biopolítica, precisamente por concentrar em sua análise arqueológica da fundação das ciências humanas, uma profunda crítica ao humanismo da modernidade e nela formular o diagnóstico de que as ciências humanas são tributárias desse humanismo.

De fato, foi apresentada a tese de Foucault sobre a invenção moderna do homem contradizendo o humanismo da modernidade que tendeu a tornar o homem uma realidade atemporal. A primeira conclusão deste artigo é que até a modernidade, localizada pelo autor a partir do final do século XVIII, o homem era uma figura ausente desmistificando o humanismo daí decorrente.

Na linha de continuidade da argumentação do presente artigo, interrogou-se o que a pesquisa arqueológica revelara a respeito do estatuto do homem na modernidade. A segunda conclusão deste artigo é que seu estatuto é o de duplo empírico-transcendental na medida em que se constitui, simultaneamente, como sujeito e objeto dos saberes. Isso se reflete na ordenação dos próprios saberes do século XIX. As ciências o definem como objeto empírico e, as filosofias, o erguem à condição de sujeito transcendental evidenciando seu frágil estatuto epistemológico.

Avançando, então, na pesquisa arqueológica conduzida pelo autor, o artigo interrogou pelas ciências humanas e pelo lugar da psicologia nas ciências humanas.

Recorrendo à uma articulação entre *As Palavras e as Coisas* (1985/1966) e o artigo *A Psicologia de 1850 a 1950* (Foucault, 1957/1999), publicado alguns anos antes do livro em questão, e à uma referência à clássica análise sobre o surgimento da psicologia, conduzida por Robert Blanché, conclui-se que a própria duplicidade que caracteriza a aparição do homem na modernidade, se repete na psicologia como reduplicação. E explica o recuo da psicologia em relação ao domínio da representação e seu concomitante rebatimento sobre o domínio da fisiologia. Esse recuo que poderia representar uma solução para a ambiguidade decorrente da duplicidade empírico-transcendental produz o erro epistemológico de localizar a verdade do homem do lado das coisas.

REFERÊNCIAS

BLANCHÉ, R. **La Notion de Fait Psychique**. Paris: Felix Alcan, 1935.

CANGUILHEM, G. Muerte del hombre o Agotamiento Del Cogito? In BURGELIN, P. *et al.* **Análisis de Michel Foucault**. Buenos Aires: Tiempo Contemporâneo Ed, 1970. p. 122-147.

FOUCAULT M. **História da Sexualidade II – O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal Ed.,1984.

FOUCAULT M. **As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes Ed., 1985.

FOUCAULT M. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

FOUCAULT M. A Psicologia de 1850 a 1950. In BARROS DA MOTTA, M. Michel Foucault. **Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. p. 122-139.

FOUCAULT M. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2000a.

FOUCAULT M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b.

HENSCHEL DE LIMA, C. **A ruptura epistemológica entre psicanálise e ciências humanas na modernidade biológica**. Psicologia em Revista. Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 226-239, ago. 2011.